

“Mas é preciso gente, porque sem esta, nada se anima”! Súditos portugueses na capitania de Moçambique e Rios de Sena no último quartel do século XVIII

“But we need people, otherwise nothing comes to life”! Portuguese subjects in the captaincies of Mozambique and Rios de Sena in the last quarter of the 18th century

*Ana Paula Wagner**

1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir algumas características da população que vivia na capitania de Moçambique e Rios de Sena (também conhecida como África Oriental Portuguesa), no último quartel do século XVIII; em especial, dos indivíduos considerados súditos portugueses. Foi a partir da segunda metade do Setecentos, no contexto de uma política administrativa interessada em conhecer o número de vassalos portugueses que habitavam os diferentes

* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Centro de Documentação e Pesquisa em História dos Domínios Portugueses da Universidade Federal do Paraná (CEDOPE/UFPR). Este trabalho vincula-se à pesquisa de pós-doutorado “A População da África Oriental Portuguesa nas últimas décadas do século XVIII”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR). Bolsista CNPq.

domínios do Império,¹ que se elaboraram listas de habitantes da capitania em questão e de outros domínios lusos. No Setecentos, como outros estados europeus, a administração portuguesa comungava do entendimento de que existia uma estreita relação entre população e economia, de modo tal que, em Portugal, os levantamentos populacionais tornaram-se prática sistemática, a partir da segunda metade do século XVIII, adentrando o século XIX.²

A ideia de um “súdito português” que habitava a capitania de Moçambique e Rios de Sena deve ser entendida tanto no quadro mais amplo do Império Português, quanto no das particularidades da África Oriental. Em primeiro lugar, esse súdito era um indivíduo católico. Ao longo da história de Portugal, a religião católica foi considerada um importante critério demarcador das diferenças e edificador de fronteiras sociais. Depois, considerando a realidade da costa africana oriental, ele poderia ser um português de nascimento, um mestiço (afro-português ou indo-português) e, em alguns casos, um asiático convertido³ ao catolicismo. Não se pode esquecer que a África Oriental era uma conquista lusa que fazia parte do Estado da Índia,⁴ e que boa parte do processo da sua colonização foi realizada com recursos humanos do reino e da Índia, particularmente de Goa.

¹ Em Portugal, o conhecimento acerca da população esteve relacionado aos princípios da Aritmética Política, defendidos por Sebastião José de Carvalho e Melo no âmbito do Governo português e que foram adotados por outras autoridades metropolitanas. Sobre a Aritmética Política e Sebastião José de Carvalho e Melo, ver, entre outros, SANTOS, A. C. de A. “O mecanismo político pombalino e o povoamento da América portuguesa na segunda metade do século XVIII”. In: **Revista de História Regional**, v. 15, n. 1, 2010, p. 78-107.

² FERRO, J. P. **A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

³ “Canarin” ou “filhos de Goa” eram os termos utilizados pelos portugueses para referirem-se ao grupo de cristãos da Índia portuguesa. Muitos deles chegaram até a capitania de Moçambique e Rios de Sena como administradores, comerciantes, soldados e até mesmo como religiosos. NEWITT, M. **História de Moçambique**. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997, p. 169-170.

⁴ O termo Estado da Índia era utilizado pelos portugueses para fazer referência às “conquistas e descobertas nas regiões marítimas situadas entre o Cabo da Boa Esperança e o Golfo Pérsico, de um lado da Ásia, e Japão e Timor, do outro”. BOXER, C. R. **O império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 59.

Além disso, esse súdito era um residente instalado na capitania e que vivia sob a autoridade da administração portuguesa. Em geral, ocupava cargos administrativos, dedicava-se às atividades comerciais e, em algumas circunstâncias, tinha a posse de terras e escravos. Outra característica era o estado civil: em geral, tratava-se de indivíduos casados, na maior parte das vezes com mulheres da capitania. Tal como em outras partes do Império, o matrimônio era visto como um instrumento de fixação de homens a um determinado território, como um recurso de estabelecimento.⁵ A ideia de promover casamentos entre homens portugueses e mulheres nascidas na África era criar comunidades, embora mestiças, fiéis à Coroa.⁶

Em resumo, para obter informações sobre esse súdito, homem fiel à Igreja Católica e ao soberano luso, além de produtor de riquezas, em 1776 foi emitida uma ordem para o governador da capitania de Moçambique e Rios de Sena para que seus habitantes fossem contabilizados.⁷

Em resposta a essa ordem, as autoridades régias (civis e eclesiásticas) instaladas na capitania de Moçambique e Rios de Sena produziram alguns recenseamentos dos habitantes

⁵ O atributo de homem “casado” foi mais do que uma referência ao estado civil, sendo utilizado também para identificar uma parte dos residentes na Ásia Portuguesa que viviam sob autoridade do Estado da Índia. Sobre a categoria dos “casados”, ver: BOXER, C. R. **Relações raciais no Império Colonial Português (1415-1825)**. Porto: Afrontamento, 1977, p. 283.

⁶ Essa prática derivou de uma política adotada por Afonso de Albuquerque no século XVI e dirigida para Goa. Sobre a política de Afonso de Albuquerque, ver: RODRIGUES, V. L. G. **O papel das tropas locais e dos “casados” no seio da organização militar portuguesa no Oriente (séc. XVI). Blogue História Lusófona**, Instituto de Investigação Científica Tropical. Disponível em: <<http://www2.iict.pt/?pidc=102&idi=12798>>. Acesso em: 8 mar. 2009.

⁷ Em 21 de maio de 1776, o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, expediu uma correspondência ao governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, ordenando que se fizesse a remessa anual de uma relação contendo o número de habitantes daquele território. Ver: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Códice 1333, fl 297. *Carta do secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, para o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, sobre as relações dos números dos habitantes*, de 21 de maio de 1776. [Doravante, utilizaremos a sigla AHU para identificar o Arquivo Histórico Ultramarino].

daquele domínio. Obedecendo a critérios previamente estabelecidos, os dados sobre a população composta pelos súditos portugueses foram organizados segundo classes específicas, numa distribuição de acordo com o sexo e a idade.

1^a. [classe]) Todas as crianças do sexo masculino, até a idade de 7 anos completos; 2^a.) Todos os rapazes desde a idade de 7 anos, até a idade de 15; 3^a.) Todos os homens desde a idade de 15 anos, até a idade de 60; 4^a.) Todos os velhos desde a idade de 60 anos para cima, com especificação particular de todos os que já passarem de 90 anos; 5^a.) Todas as crianças do sexo feminino, até a idade de 7 anos completos; 6^a.) Todas as raparigas desde a idade de 7 anos, até a idade de 14; 7^a) Todas as mulheres desde a idade de 14 anos, até a idade de quarenta; 8^a.) Todas as adultas, e as velhas, desde a idade de 40 anos para cima, com especificação particular de todas as que passaram de 90 anos; 9^a.) Todos os nascimentos acontecidos no ano que se tirar esta relação; 10^a.) Todas as mortes acontecidas no mesmo ano.⁸

Assim, de 1777 até 1796, ano em que foi remetida outra ordem relativa à contagem da população da capitania, temos um importante *corpus* documental constituído por listas de habitantes das diferentes vilas e freguesias que compunham o território da África Oriental Portuguesa. Ainda que com eventuais lacunas, a periodicidade e a cobertura da documentação para boa parte das localidades daquele domínio luso oferecem condições para a identificação de algumas características da população, como os números de homens e de mulheres e o conhecimento das suas faixas etárias.

2 “Mas é preciso gente, porque sem esta, nada se anima”!

Em 1766, o governador da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Balthazar Manuel Pereira do Lago, encaminhou uma correspondência para o reino, informando sobre o estado geral do território sob sua administração. Naquela ocasião,

⁸ AHU, Códice 1333, fl. 300. *Relação que Sua Majestade manda formar do número dos habitantes da capitania de Moçambique e Rios de Sena*, de 21 de maio de 1776.

ressaltava a fertilidade da região e declarava considerá-la pouco aproveitada, por ter “tão poucos habitantes”. Ainda que notasse as potencialidades da terra, os mantimentos existentes eram “filhos da natureza, e não da agricultura”, e, em relação a produtos como ouro, prata e outros minerais, observava que eram “casualmente achados”, não havendo “indústria que os saibam buscar como em outras partes”.⁹

O governador enfatizava que boa parte desses problemas decorria das características dos “habitantes” do lugar, que se encontravam “reduzidos [...] sempre a uma pobreza indizível, cheios de dívidas, e trabalhos, como culpa original”. Pereira do Lago identificava três motivos para esse estado de decadência moral e material daquela população. Na sua ótica, o primeiro motivo residia no aspecto religioso, pois “é certo que o Pecado de umas vidas libertinas, com pouca, ou nenhuma Lei com Deus há de ser a primeira causa de sua ruína”. Depois, a cobiça existente tirava-lhes as últimas gotas “de sangue do interior dos seus corações”. E, por fim, em termos econômicos, apontava o “continuado insulto de roubos” que os “cafres [africanos da África Oriental], régulos e reis” dos sertões dos Rios de Sena realizavam, prejudicando os “vassallos de Sua Majestade”.¹⁰ Assim, embora o governador ressaltasse a fertilidade da capitania e as múltiplas possibilidades de obtenção de riquezas por meio da agricultura, mineração e atividades comerciais, a seu ver tal situação não se concretizava por causa da má disposição de uma parte da população para com o trabalho, particularmente os africanos.

Em outra correspondência, expedida no ano seguinte, Pereira do Lago pediu o aumento do número de habitantes de um povoamento específico, Sofala, pois, segundo suas observações, ele contava com apenas cinco “moradores” e encontrava-se “totalmente desamparada”. Para o governador-geral da capitania, a reversão dessa situação ocorreria com a

⁹ AHU, Moçambique, cx. 26, doc. 57. *Carta do governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Balthazar Manuel Pereira do Lago, para o reino, de 12 de agosto de 1766*. Esse documento também se encontra publicado em: ANDRADE, A. A. B. de (Org.). **Relações de Moçambique Setecentista**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 313-315.

¹⁰ *Ibidem*.

entrada de mais “gente”, por que “sem esta, nada se anima, e os poucos que vivem, como de qualquer coisa se alimentam, seguem o pecado, e o ócio e de nada mais se lembram”.¹¹ Pedia, então, que fossem enviadas “famílias” com aptidões para a cultura da terra, para “recuperar todo o perdido”. Também não descartava a possibilidade da vinda de homens, “ainda que solteiros”, caso fossem “lavradores em idade robusta”, pois poderiam casar-se com as mulheres lá existentes. Para tanto, propunha dotar as nubentes em “300 ou 400 cruzados cada uma”. Em relação às famílias, sugeria que a Coroa mandasse socorrê-las com mantimentos nos dois primeiros anos, período necessário para que as terras por elas cultivadas começassem a dar seus frutos.¹²

A afirmação de Balthazar Manuel Pereira do Lago, de que a entrada dessas famílias e de homens solteiros traria “esperança a estas colônias”, revela que aqueles que por lá já se encontravam não se encaixavam no perfil que considerava adequado para o “aumento da conquista”. Para ele, os que lá estavam “eram gentes vadias, e sem costume ao trabalho” e que “de nenhuma forma podem aqui aproveitar”.¹³ Ou seja, conforme discuti em minha tese de doutorado, esse tipo de apreciação estava baseado em múltiplos aspectos, envolvendo questões econômicas, culturais e políticas, entre outras. As posições ocupadas pelos grupos sociais daquela capitania – identificados como “moradores”, “patricios”, “cafres”, “mourros” e “baneanes” – estiveram diretamente relacionadas à sua “utilidade social”,¹⁴ evidenciando-se a ideia de que era preciso

¹¹ AHU, Moçambique, cx. 27, doc. 70. *Carta do governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Balthazar Manuel Pereira do Lago, para o reino*, de 23 de julho de 1767. Nessa mesma correspondência, o governador ressaltava, em tom pejorativo, como era a alimentação dos africanos: “se não sustentam mais do que dos frutos brabos, e de animais, e bichos imundos”.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Como argumenta Jean-Claude Schmitt, em seu estudo sobre grupos considerados “marginais”, existe uma “linha divisória” que define tanto a integração quanto a exclusão de indivíduos, regulada pela ideia de utilidade. Ver: SCHMITT, Jean-Claude. “A história dos marginais” In: LE GOFF, J. (Org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 261-289, p. 286.

uma população que pudesse ser empregada nas mais variadas atividades, que tivesse algum tipo de proveito, de serventia.¹⁵

De certa maneira, o governador-geral esperava encontrar algum tipo de “utilidade social” nos sujeitos presentes na vida cotidiana da capitania. Seu referencial, contudo, não enxergava condições para a integração de certos indivíduos (ou grupos) ao seu projeto para melhorar as condições econômicas e sociais da capitania. Essa “rejeição” fica mais explícita em relação aos africanos, ainda que a opinião de Pereira do Lago sobre os africanos não fosse idiossincrasia sua, ao contrário, era característica da época. A propósito, Charles Boxer, ao estudar os grupos sociais do Estado da Índia, argumenta que “a maioria dos portugueses nascidos na Europa estava convencida da superioridade branca”.¹⁶ Além disso, não podemos perder de vista que estamos tratando de uma sociedade de Antigo Regime, marcada pela hierarquização.

No desenrolar desse episódio, cuja trama envolve aspectos da administração portuguesa na capitania de Moçambique e Rios de Sena, estão sintetizados os principais elementos que, consideramos, foram alvo das preocupações da metrópole portuguesa em relação àquele domínio na África Oriental. Especificamente, a população apresentava-se como objeto de uma política administrativa que se orientava pela necessidade de dispor de “gente” para o desenvolvimento do comércio, para o povoamento e para a defesa. De fato, na segunda metade do século XVIII, nota-se a incisiva presença de disposições administrativas que explicitavam o desejo de se conhecer a população dos diversos domínios ultramarinos portugueses, bem como o interesse da Coroa em produzir um saber instrumental a partir dos dados coligidos.

Como já referido, a partir da década de 1770, foram enviadas ordens à África Oriental Portuguesa para que as autoridades régias ali instaladas (civis e eclesiásticas)

¹⁵ Cf. WAGNER, A. P. **População no Império Português**: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009; capítulo “As ‘diversas qualidades de gentes’ da África Oriental Portuguesa”.

¹⁶ BOXER, C. R. **Relações raciais no Império Colonial Português...**, p. 67.

realizassem recenseamentos periódicos dos habitantes daquele domínio.¹⁷

Estas listas deveriam ser redigidas observando-se classes de sexo e idades e, ressaltado-se, as faixas etárias representavam papéis importantes no interior daquela sociedade.¹⁸ A idade de sete anos assinalava a entrada de meninos e meninas católicos no universo dos sacramentos da confirmação do batismo, da comunhão, da confissão e da penitência.¹⁹ Portanto, a primeira classe (“todas as crianças do sexo masculino, até a idade de sete anos completos”) e a quinta (“todas as crianças do sexo feminino, até a idade de sete anos completos”) estariam relacionadas a objetivos religiosos, ou seja, descortinar o número dos que poderiam ingressar no grêmio da Igreja. Os dados dessas duas classes, em conjunto com os números de nascimentos e óbitos, também permitiria vislumbrar questões como o aumento da natalidade ou, por outro lado, da mortalidade infantil.

Já as mulheres entre 14 e 40 anos (sétima classe) estariam, em tese, na fase mais apropriada para a reprodução, e os homens, entre os 15 e 60 anos (terceira classe), encontravam-se aptos para realizarem diferentes tarefas militares, econômicas e políticas, além da reprodutiva.²⁰ Nesse

¹⁷ AHU, Códice 1333, fl. 297. *Carta do secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, para o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, sobre as relações dos números dos habitantes, de 21 de maio de 1776*; AHU, Códice 1319, fl. 103. *Carta do secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, sobre informações do estado físico e político dos domínios ultramarinos, de 14 de setembro de 1796*. Em relação à primeira metade do século XVIII, os recenseamentos, a partir desta ordem de 1776, passaram a ser sistemáticos, em contraposição a informações eventuais produzidas no período anterior.

¹⁸ Assinale-se que as listas de habitantes da capitania de Moçambique e Rios de Sena diferem das listas nominativas existentes para América Portuguesa, redigidas no mesmo período. Enquanto estas contêm nomes listados para cada domicílio, as da África Oriental Portuguesa trazem apenas os números totais, não informando detalhes como a identificação nominal dos habitantes.

¹⁹ MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo: Editora Hucitec/EDUSP, 2000, p. 38.

²⁰ *Ibidem*. Para esclarecimento das distinções nas faixas etárias, ver também: NADALIN, S. O. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2004.

sentido, obter informações sobre indivíduos com essas idades específicas significava, para a administração central, ter em mãos um conhecimento sobre as potencialidades daquela parte do Império, assim como forneceria elementos para saber como caminhava a expansão do cristianismo para os lados da África Oriental.

Ao problematizarmos essas listas de habitantes, é possível delinear algumas características da estrutura da população formada pelos súditos portugueses da África Oriental Portuguesa no último quartel do século XVIII.²¹ Neste artigo, propomos apresentar e discutir uma delas em particular: os números de homens e mulheres da capitania em relação ao contexto econômico, político e administrativo do território em questão. Entendemos que, assim, será possível alcançar os porquês de determinadas características da população que vivia na África Oriental Portuguesa.

Esta reflexão também auxiliará em uma melhor compreensão da afirmação de Balthazar Manuel Pereira do Lago sobre a necessidade de “gente” para “animar” a capitania. Que “gente” seria essa; que carências ela iria suprir? De certa forma, podemos adiantar que, em linhas gerais, eram necessários homens adultos, para a defesa do território e para o desenvolvimento de atividades administrativas, comerciais e agrícolas, e mulheres, para enlaces matrimoniais, na medida em que os casamentos constituíam um importante elemento de fixação dos indivíduos. Consideramos que tais aspectos permitem compreender o papel desempenhado pelos (e esperado dos) súditos portugueses na capitania de Moçambique e Rios de Sena.

²¹ Ver: WAGNER, A. P. **População no Império Português...**, em especial as páginas 176-228; WAGNER, A. P. “Porque sua Majestade quer saber o número de vassalos que habitam nos seus domínios: recenseamentos da África Oriental Portuguesa no último quartel do século XVIII”. In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais: população e desenvolvimento: decifrando conexões**. Caxambu: ABEP, 2010, p. 1-20. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_10/abep2010_2094.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2011.

3 A ocupação da África Oriental Portuguesa

A capitania de Moçambique e Rios de Sena era um dos domínios ultramarinos de Portugal. Assim como na América, África Ocidental e Ásia, o mote da expansão lusa no lado oriental da África incidiu especialmente sobre a busca de riquezas e a realização de atividades comerciais, além da expansão da fé católica. Para atingir essas finalidades, a Coroa precisou instalar-se em alguns pontos considerados estratégicos para encaminhar suas pretensões.

A instalação portuguesa no território que viria a constituir uma capitania geral²² na África Oriental foi realizada em dois momentos distintos. O primeiro eixo de ocupação correspondeu a uma linha de posições litorâneas dispersas ao longo da costa. No decorrer da primeira metade do século XVI, foram estabelecidas feitorias em Sofala, devido a sua posição estratégica no escoamento de produtos como ouro e marfim vindos do interior, e na ilha de Moçambique (que, gradativamente, passou a substituir Sofala como porto de passagem e centro administrativo). No território continental defronte à ilha de Moçambique, os portugueses instalaram-se em algumas localidades, como Cabaceira Pequena, Cabaceira Grande e Mossuril. Mais ao norte, estabeleceram-se no arquipélago de Cabo Delgado, também conhecido por Ilhas Querimba.²³

Na região costeira, ao sul da ilha de Moçambique, em uma das entradas do rio Zambeze (ou rio Cuama), foi instalada uma feitoria, em Quelimane. A escolha desse ponto foi motivada, além da função comercial, por estar próximo de povoações capazes de prover em mantimentos e serviços os marinheiros e mercadores que ali aportavam.²⁴ Na década de 1720, mais ao sul de Quelimane, num ponto abaixo de Sofala,

²² As capitanias gerais eram administradas por governadores diretamente nomeados pelo rei; tinham seu território dividido em municípios, sedes dos poderes locais, e freguesias, circunscrições eclesiásticas.

²³ Ver: NEWITT, M. **op. cit.**, p. 23-45.

²⁴ RODRIGUES, Eugénia. "O porto de Quelimane e a Carreira dos Rios de Sena na segunda metade do século XVIII". In: **Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal**. Açores, CNCDP, 2001, p. 175-211, p. 178-179.

foi instituído um assentamento português de caráter permanente, em Inhambane.²⁵

O segundo eixo de ocupação, rumo ao interior, obedeceu ao curso do rio Zambeze. No final do século XVI, como resultado de uma expedição da década de 1570, foram criadas as feitorias de Sena e de Tete. Os portugueses também se fixaram nas feiras²⁶ de Zumbo e Manica. A região formada por esse conjunto de povoações situadas no vale do rio Zambeze, juntamente com feitoria de Quelimane, no litoral, era identificada, ao longo do século XVIII, por Rios de Sena.

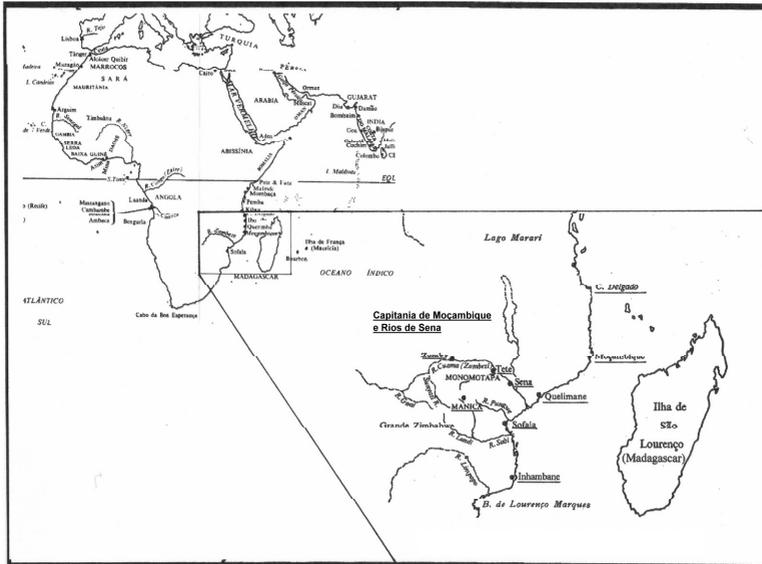
Apesar dessa ocupação, a soberania portuguesa instituiu-se de forma descontínua no território da África Oriental, como se pode notar na figura abaixo. Entre as razões encontradas para tal situação, podemos mencionar as diferentes formas de ocupação das terras, as atividades comerciais realizadas e a administração empreendida pela Coroa. Além disso, a migração interna de povos autóctones e disputas africanas por territórios e recursos promoveram mudanças na geopolítica da região, especialmente em alguns locais de exploração de minérios e feiras.

²⁵ NEWITT, M. *op.cit.*, p. 153.

²⁶ Na África Oriental Portuguesa, algumas transações de mercadorias realizavam-se em locais específicos, as feiras, cuja existência era anterior à chegada dos portugueses na região.

Situação da capitania de Moçambique e Rios de Sena.

Os nomes sublinhados indicam as áreas que, no último quartel do século XVIII, contavam com instituições municipais portuguesas, exceto a feira de Manica.



Fonte: Figuras adaptadas de BOXER, C. R. **O Império colonial português...**

A partir da segunda metade do século XVIII, a Coroa procurou enquadrar a capitania de Moçambique e Rios de Sena em uma política voltada à efetivação de sua presença na região e a uma mais eficaz exploração das riquezas do território. Entre as ações colocadas em prática esteve a reestruturação administrativa daquele domínio, que, até 1752, esteve subordinado ao Estado da Índia. Após aquele ano, a capitania de Moçambique e Rios de Sena passou a contar com um governo que se reportava diretamente às autoridades metropolitanas. Com essa mudança, a ilha de Moçambique e as terras continentais situadas defronte a ela, assim como as feitorias de Inhambane, Sofala, Cabo Delgado e a região de Rios de Sena, passaram a ser administradas por um governador-geral, que também detinha o título militar

de capitão-general, cuja residência continuaria sendo na ilha. As povoações dos Rios de Sena, compostas por Quelimane, Tete, Sena, Zumbo e Manica, além das minas e outras feiras, ficariam sob a responsabilidade de um governador subordinado ao primeiro, e que ostentava a patente militar de tenente-general, constituindo uma capitania dependente do governo-geral instalado em Moçambique. Até 1767, a sede da capitania de Rios de Sena esteve instalada em Sena; depois, foi transferida para Tete.

Nesse contexto, a Coroa envia uma *Instrução de Governo* para a África Oriental Portuguesa no ano de 1761. Essa *Instrução* englobava um conjunto de temas relativos aos diferentes segmentos da administração, como aspectos financeiros, defesa militar, política comercial e religiosa.²⁷ Essas disposições só passaram a ser observadas em 1763, com a chegada do governador-geral João Pereira da Silva Barba.²⁸

Conforme essa *Instrução de Governo*, os “portos e povoações de Quelimane, Sena, Tete, Zumbo, Manica, Sofala, Inhambane e Ilhas Querimba” deveriam ser elevados à categoria de vila, assim como a “Praça de Moçambique” (a povoação da ilha). A argumentação era que tal ação seria “um dos maiores serviços” que poderiam ser feitos à religião e à Coroa, por difundir o cristianismo e “por reduzirem-se os habitantes das mesmas vilas e seus termos à sociedade civil”.²⁹ Ressalte-se que preocupações dessa natureza – aliás, estendidas a diversos outros domínios ultramarinos portugueses, à época, como a América portuguesa, – são compatíveis com o contexto da África Oriental, onde eram negociadas importantes mercadorias, como ouro, marfim e escravos, e onde viviam grupos

²⁷ AHU, Moçambique, cx. 19, doc. 63-A. *Cópia da Instrução dada a Calisto Rangel Pereira de Sá, que vai por governador e capitão general da Praça de Moçambique, Rios de Sena e Sofala*, de 7 de maio de 1761.

²⁸ Calisto Rangel Pereira de Sá, que havia sido nomeado para ocupar o cargo de governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, morreu durante a viagem para a costa da África Oriental. Com o seu falecimento, João Pereira da Silva Barba, em abril de 1762, foi encarregado de assumir o governo da capitania, tomando posse do cargo em janeiro de 1763.

²⁹ AHU, Moçambique, cx. 19, doc. 63-A. *Cópia da Instrução dada a Calisto Rangel Pereira de Sá, que vai por governador e capitão general da Praça de Moçambique, Rios de Sena e Sofala*, de 7 de maio de 1761.

sociais com distintos costumes e religiões que precisavam ser controlados, conforme a ótica lusa. A criação de vilas era entendida como uma das maneiras de a Coroa fazer “irradiar a sua presença e efetivar a posse do território”,³⁰ a partir da instalação das instituições municipais nas mencionadas povoações.

Por intermédio da mencionada *Instrução de Governo*, o rei português concedia às vilas a serem criadas “todos os privilégios de que gozam as vilas deste reino” e, para isso, era imperativa a eleição de “juiz, vereadores, Procuradores do Concelho, Escrivão da Câmara, e mais oficiais necessários”.³¹ Verifica-se, assim, que a importância da população adquiria outras nuances, entrando em jogo a necessidade de pessoas habilitadas para a ocupação de cargos na administração civil da capitania. Todavia, a pronta execução do que estava sendo ordenado encontrou barreiras, justamente em decorrência da carência de habitantes que detivessem as qualidades necessárias para os cargos acima indicados e dos poucos recursos existentes.

Passados mais de 30 anos, o governador-geral, em 1795, era informado que na vila de Zumbo não havia mais que seis mercadores e nenhum morador, incluindo nesse número o capitão-mor. Passado todo esse tempo, o local ainda convivía com a falta de “fundos e rendimentos” e de “gente suficiente para fazer a eleição dos oficiais [da câmara] na conformidade da Ordenação”. Também existiam queixas contra o “juiz ordinário, que é homem de baixo as feras, e nenhuma capacidade, visto ser quase cafre”.³²

³⁰ BOSCHI, C. “Ordens religiosas, clero secular e missão no Brasil”. In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Coord.). **História da Expansão Portuguesa: o Brasil na Balança do Império**. Navarra: Circulo de Leitores, 1998, v. 3, p. 294-318, p. 307.

³¹ AHU, Moçambique, cx. 19, doc. 63-A. *Cópia da Instrução dada a Calisto Rangel Pereira de Sá, que vai por governador e capitão general da Praça de Moçambique, Rios de Sena e Sofala*, de 7 de maio de 1761.

³² Com apenas “6 mercadores e nenhum morador” era inviável atender às disposições legais quanto à ocupação dos cargos municipais. Para solucionar tal problema, o autor da carta sugere que o cargo de juiz fosse anexado ao de capitão-mor da vila de Zumbo. AHU, Moçambique, cx. 75, doc. 29. *Cópia de carta endereçada para o governador-geral de Moçambique e Rios de Sena, Diogo de Sousa*, de 28 de fevereiro de 1795.

Como se nota, exigia-se que os habitantes da capitania de Moçambique e Rios de Sena detivessem qualidades que os certificassem/habilitassem para o desempenho de atividades específicas, especialmente as que envolviam a administração da justiça nas vilas. É nesse contexto que recuperamos a afirmação do governador-geral Pereira do Lago, para quem era preciso mais “gente”, por que “sem esta, nada se anima”.³³ Em meados da década de 1760, deduzimos, por essa assertiva, que a população que vivia na África Oriental Portuguesa não supria as necessidades da capitania, havendo uma carência no número de pessoas e na qualificação destas.

4 Estrutura da população composta pelos súditos portugueses da África Oriental Portuguesa

Informamos acima que, em resposta a uma ordem régia de 1776, foram produzidas diversas listas de habitantes da capitania de Moçambique e Rios de Sena.³⁴ Em relação ao último quartel do século XVIII, entre vilas, freguesias, feiras e terras concedidas pela Coroa a particulares, foram encontrados dados populacionais para as seguintes localidades daquela capitania: Amiza, Querimba, Cabaceiras, Mossuril, ilha de Moçambique, Sofala, Inhambane, Quelimane, Sena, Tete, Zumbo e Manica. As informações contidas nessas listas obedeceram ao modelo definido pelas autoridades metropolitanas, apresentando uma separação dos habitantes por sexo e idade. Para elaborar a tabela abaixo, em razão do grande volume de dados, optamos por agrupá-los em períodos de três anos e apresentar as médias correspondentes.

³³ AHU, Moçambique, cx. 27, doc. 70. *Carta do governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Balthazar Manuel Pereira do Lago, para o reino, de 23 de julho de 1767.*

³⁴ Os originais das listas de habitantes da capitania de Moçambique e Rios de Sena estão depositados no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, mas boa parte delas foi microfilmada e integra o acervo do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (CEDOPE).

Os números absolutos apresentados a seguir, para homens e mulheres, agregam pessoas de diferentes idades. Essa decisão decorre de as listas de habitantes da capitania de Moçambique e Rios de Sena apresentarem faixas etárias conforme as estabelecidas pela ordem de 1776, dificultando o cálculo da razão de sexos, que deve incidir sobre pessoas de uma mesma faixa etária. Assim, dada as limitações da documentação, optamos por apresentar a totalidade dos dados das populações masculina e feminina, entendendo que esses cumprem o papel necessário para o esboço de um quadro acerca da distribuição de homens e mulheres por aquele território.

Razão de sexo na capitania de Moçambique e Rios de Sena (1777-1796)													
Períodos	1777-1779		1782-1784		1785-1787		1788-1790		1791-1793		1794-1796		
	Homem	Mulher											
	Razão de Sexo		Razão de Sexo		Razão de Sexo		Razão de Sexo		Razão de Sexo		Razão de Sexo		
1ª Região	Moçambique	133	99			167	146	220	269	205	134	174	112
		134		**		114		81		153		153	
	Amiza	43	28	51	43	62	39	43	29	49	46		**
		(155)		(118)		[159]		148		[106]			
	Querimba	142	92	112	100	116	120	160	170	162	206	195	100
		(173)		(112)		(88)		84		79		97	
	Cabaceiras	31	36	35	38	36	47	27	31	32	45	38	46
		86		[92]		(77)		87		71		83	
Mossuril	22	39	57	56	65	64	60	52	195	210	83	73	
	56		(101)		(101)		115		94		(113)		
Sofala	70	51	48	47	55	67	59	68	92	96	66	70	
	(137)		(102)		(82)		(86)		[96]		70		
Inhambane		**	114	97	82	98	72	100	79	114	101	140	
			(118)		[83]		[72]		(69)		72		
Subtotal	441	335	417	381	582	591	631	728	814	849	636	631	
	131		109		98		87		96		101		
2ª Região	Quelimene	00	00	90	05	120	109	110	95	114	99	90	00
		143		138		(116)		127		(115)		109	
	Sena	151	88	317	222	396	271	125	69	109	63	109	58
		(171)		142		(146)		181		173		(188)	
	Tete	253	203	324	304	468	385	423	269	430	299	69	53
	[124]		106		(121)		157		(144)		130		
Zumbo	110	93	50	40	109	70	00	50	23	14	63	47	
	[118]		(127)		[143]		(176)		[164]		(176)		
Subtotal	594	444	789	637	1.117	841	754	481	676	475	357	246	
	134		124		133		157		142		145		
Total	1.035	779	1.206	1.018	1.699	1.432	1.385	1.209	1.490	1.324	993	877	
	133		118		118		115		113		113		

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Moçambique, caixas 32 até 79, *Listas de habitantes da capitania de Moçambique e Rios de Sena, 1777 até 1796*. Observações: * Para os anos 1780 e 1781 não foram produzidas as listas de habitantes da capitania de Moçambique e Rios de Sena; ** Sem listas de habitantes para o período; () Média obtida a partir de dois anos, em razão da ausência de uma terceira lista para esse período; [] Número obtido somente a partir de um ano, em razão da ausência de outras listas para esse período.

A leitura inicial que se faz dessa tabela referente à razão de sexos³⁵ nas diferentes vilas e freguesias da capitania de

³⁵ Esse termo expressa a relação quantitativa entre os sexos. Se igual a 100, o número de homens e de mulheres se equivalem; acima de 100, há a predominância de homens e, abaixo, predominância de mulheres.

Moçambique e Rios de Sena, é que existe um desequilíbrio entre o número de homens e o de mulheres. A interpretação geral dos dados mostra que entre os súditos portugueses que viviam naquela capitania havia uma predominância de homens. Esse quadro parece estar de acordo com o perfil do território, cuja dinâmica política e econômica girava em torno da exportação de ouro, marfim e escravos, produtos com alto valor comercial e cobiçados em grande parte do mundo moderno. A negociação dessas mercadorias e a sua importância no contexto do Império Português influenciaram significativamente a ocupação da África Oriental pela Coroa lusa, assim como a condução administrativa daquele domínio ultramarino. Ou seja, o caráter mercantil das atividades ali desenvolvidas justificaria a predominância de homens na capitania, assim como explicaria uma maior imigração masculina para lá.

Contudo, ao se considerar mais atentamente as porcentagens e as particularidades de cada região da capitania, os dados adquirem novas feições. Para examinar tais especificidades da população de súditos portugueses da capitania, analisamos duas regiões distintas: uma delas formada pelas freguesias e vilas ligadas diretamente ao governo geral instalado na ilha de Moçambique (Amiza, Querimba, Cabaceiras, Mossuril, Sofala, Inhambane e a própria ilha de Moçambique); a outra, por aquelas povoações situadas na capitania subordinada de Rios de Sena (Quelimane, Sena, Tete, Zumbo e Manica).

Na ilha de Moçambique estava instalada a sede de governo da África Oriental Portuguesa. As principais autoridades e órgãos administrativos da capitania ali se alojavam, assim como havia a presença de religiosos encarregados da vida espiritual da população. Em um espaço de cerca de 3 km de comprimento e 300 a 400 m de largura, havia a concentração de alguns edifícios importantes, como o palácio do governador-geral, a câmara municipal, a igreja matriz, o convento, as fortalezas, o hospital da Misericórdia, além de moradias. Na ilha também estavam situadas a alfândega, os armazéns e o celeiro público. Por muito tempo, o porto de Moçambique concentrou a exportação de produtos como

marfim, ouro e escravos; era também a partir dele que as mercadorias importadas eram redistribuídas para os portos subalternos situados ao longo da costa africana.³⁶

Depois do recebimento da já referida *Instrução de Governo* de 1761 que, além de questões relativas à administração da capitania, dispunha sobre a organização da alfândega e a liberdade do comércio para os súditos portugueses que desejassem negociar nos portos moçambicanos, a ilha de Moçambique teve sua importância econômica aumentada;³⁷ a Coroa transformou-a numa “plataforma giratória de mercadorias e homens, convertendo-a num grande centro econômico e comercial”.³⁸

Por esses motivos políticos e econômicos, parece condizente que o número de homens na ilha de Moçambique fosse maior que o de mulheres, na medida em que eles, provavelmente, eram atraídos pelas atividades desempenhadas no local. Os dados para os anos de 1788-1790, quando a população feminina aparece maior que a masculina, merecem nossa atenção, ainda que não alterem a tendência geral de todo o período. A documentação e a bibliografia sobre a ilha não indicam nenhuma mudança brusca, como o ingresso de um grande contingente de mulheres na região, que pudesse resultar na alteração do quadro de predominância masculina. Contudo, essa distorção pode ter decorrido de critérios adotados pelo pároco que elaborou as listas de habitantes da ilha. Nos três anos em questão, nota-se, aliás, que os números totais de habitantes são maiores que os dos outros anos.³⁹

³⁶ CAPELA, J. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique**. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 207.

³⁷ A *Instrução de Governo* de 1761 trouxe novas disposições para a organização do comércio na costa da África Oriental, regulamentando também as exportações de produtos por outros portos da capitania. Ver: AHU, Moçambique, cx. 19, doc. 63-A. *Cópia da Instrução dada a Calisto Rangel Pereira de Sá, que vai por governador e capitão general da Praça de Moçambique, Rios de Sena e Sofala*, de 7 de maio de 1761.

³⁸ ANTUNES, L. F. D. “A ilha de Moçambique, na segunda metade do século XVIII”. In: **Anais de História de Além-mar**, 2006, v. 8, p. 197-212, p. 199.

³⁹ Em 1787, são listados 269 habitantes na ilha. Em 1788, ano que o pároco José Nicolao Pegado executa a tarefa de contabilizar seus fregueses, o número total de súditos portugueses sobe expressivamente, em quase duas vezes e meia, chegando

Possivelmente, o padre José Nicolao Pegado incluiu pessoas que não se enquadravam no perfil de súditos portugueses, acarretando no aumento do número de habitantes. Essa possível mudança de critérios pode ter descaracterizado a estrutura da população da ilha de Moçambique, alterando sua razão de sexo.

Da ilha de Moçambique passamos para as freguesias de Amiza e Querimba. Essas ilhas de Cabo Delgado eram responsáveis pela produção de alguns gêneros alimentícios e de importantes bens para exportação, como marfim e cauri (conchas utilizadas como moedas) e, para o final do século XVIII, cresceu a comercialização de escravos. O desenvolvimento de tais atividades poderia servir de atrativo para uma população masculina, o que ajudaria a explicar a situação de Amiza, onde os homens constituíam maioria.

Por sua vez, a condição de Querimba talvez fosse semelhante à de outra povoação, Ibo, e um relato de um comandante das ilhas de Cabo Delgado, Antonio da Silva Pinto, pode nos ajudar a entender os números de súditos portugueses na região. Segundo as informações, a situação do arquipélago, em 1801, era desanimadora: das 32 ilhas, apenas quatro estavam povoadas. Em relação a Ibo (onde estava instalada a municipalidade), a imagem era de generalizada pobreza entre os habitantes, portugueses ou não. As causas apontadas para essa situação de calamidade eram o não envolvimento das pessoas em “algum comércio considerável” e a falta de “indústria para ele”. Entretanto, Silva Pinto ressaltava que essa condição poderia ser contornada caso fossem tomadas providências, argumentando que os africanos eram “habilidosos”, que aprendiam “qualquer ofício” só por meio da observação e que se “tivessem mestre que os aplicasse sairiam bons oficiais”. Em relação à agricultura, era enfatizado que “as terras produzem tudo quanto cultivarem”, porém os habitantes não se serviam corretamente desse benefício, “por serem preguiçosos” e por não terem suficientes escravos para o trabalho.

a 645 indivíduos. Em 1790, Pegado lista 453 pessoas. No ano seguinte, quando outro padre redigiu a lista, o número total cai para 357. AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 26; cx. 59, doc. 26; cx. 62, doc. 66.

Para alterar essa conjuntura, seria indispensável a existência de “sujeitos industriosos e cultivadores, que tenham posses suficientes para darem princípio a cultura”. Em relação aos habitantes da ilha de Ibo, informava que “as terras cada vez vão ficando desertas, por não haver sujeitos para se estabelecerem, *há muitas viúvas, e raparigas que se não casam por não haver homens*” (grifo nosso). A queixa quanto à diminuta presença de homens para o estabelecimento de enlaces matrimoniais não significava uma falta geral de população masculina; a carência era, provavelmente, de um segmento específico de habitantes: homens “brancos” considerados súditos portugueses.⁴⁰ Aliás, em outra correspondência, o mesmo comandante das ilhas de Cabo Delgado advertia sobre a pouca quantidade de homens para defender a grande extensão de terras, indicando que a tropa era composta de “nacionais do país, excetuando os oficiais e três soldados europeus, e estes mesmos são pouco resolutos”.⁴¹

Passando para outro ponto da capitania, ainda na região subordinada diretamente ao governo-geral, temos as povoações de Cabaceiras e Mossuril, situadas no continente fronteiriço à ilha de Moçambique. Durante o século XVI, boa parte dos moradores da ilha estabeleceu assentamentos agrícolas, com utilização de escravos, para a produção de alimentos nessas duas localidades. De certa forma, a negociação desses produtos acabou constituindo mais uma fonte de renda para os indivíduos instalados na sede da capitania.⁴² Esta situação assinala para a existência de uma população em constante deslocamento entre a ilha e o continente, e vice-versa.

⁴⁰ AHU, Moçambique, cx. 90, doc. 49. *Relação dos habitantes de Cabo Delgado. Descrição das terras de Cabo Delgado pertencentes à Coroa. Do comandante de Cabo Delgado, Antonio da Silva Pinto, para o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Isidro de Almeida Sousa e Sá, de 25 de novembro de 1801.* Em seu relato, Antonio da Silva Pinto trouxe informações sobre a população de Ibo: embora os dados não estejam organizados de acordo com os números de homens e mulheres, além da ausência de informações sobre as faixas etárias, para o ano de 1801, foi anotada a existência de 727 indivíduos na ilha, distribuídos em 57 “brancos”, 280 “pardos”, quatro “mouros” e 386 “pretos”.

⁴¹ AHU, Moçambique, cx. 90, doc. 14. *Carta do comandante de Cabo Delgado, Antonio da Silva Pinto, para o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Isidro de Almeida Sousa e Sá, de 5 de novembro de 1801.*

⁴² NEWITT, M. op.cit., p. 129.

Cabaceiras e Mossuril não foram elevadas à categoria de vila em 1761, permanecendo como freguesias. Ao longo do período em estudo (1777-1796), o número de súditos portugueses instalados em Cabaceiras não ultrapassou uma centena de indivíduos;⁴³ em Mossuril, não excedeu a uma centena e meia de pessoas.⁴⁴

Esse quadro geral ajuda a entender o porquê da estrutura das populações de Cabaceiras e de Mossuril, particularmente quanto aos números de homens e mulheres e sua distribuição por diferentes faixas etárias. Em Cabaceiras, de 1777 até 1796, a porcentagem geral de mulheres sempre foi superior à de homens; porém, se olharmos os números absolutos das 3^a e 7^a classes, das listas de habitantes do lugar, observamos outras nuances. No período de 1777 a 1779, o número absoluto de homens entre 15 e 60 anos era quase o dobro das mulheres entre 14 e 40 anos; entre 1791 e 1796, os números absolutos de homens e mulheres nas classes referidas acima estão praticamente equilibrados, em torno de três dezenas.⁴⁵ Assim, se restringíssemos a análise apenas aos índices de razão de sexo, acreditaríamos haver sempre uma predominância de mulheres, perdendo de vista que em algumas ocasiões o número de homens adultos foi maior e que, em outros momentos, houve uma estabilidade entre os sexos. De certo modo, essa variação pode ser compreendida

⁴³ Em 1777, foram anotados nas listas de habitantes de Cabaceiras 78 indivíduos; em 1778, 68 pessoas; em 1779, 58 pessoas; em 1784, 73 pessoas; em 1785, 91 pessoas; em 1786, 76 pessoas; em 1788, 64 pessoas; em 1789, 66 pessoas; em 1790, 47 pessoas; em 1791, 73 pessoas; em 1792, 76 pessoas; em 1793, 82 pessoas; em 1794, 80 pessoas; em 1795, 82 pessoas; e, em 1796, 91 pessoas. Ver: AHU, Moçambique, cx. 32, doc. 65; cx. 47, doc. 39; cx. 50, doc. 23; cx. 52, doc. 26; cx. 59, doc. 26; cx. 61, doc. 12; cx. 62, doc. 66; cx. 68, doc. 35; cx. 35, doc. 42; cx. 71, doc. 47; cx. 73, doc. 9; cx. 79, doc. 14.

⁴⁴ Em 1777, foram anotados nas listas de habitantes de Mossuril 69 indivíduos; em 1778, 60 pessoas; em 1779, 55 pessoas; em 1783, 112 pessoas; em 1784, 115 pessoas; em 1785, 102 pessoas; em 1786, 157 pessoas; em 1788, 105 pessoas; em 1789, 124 pessoas; em 1790, 108 pessoas; em 1791, 999 pessoas (esse número não deve ser considerado em razão da sua discrepância, quando comparado com outros anos); em 1792, 122 pessoas; em 1793, 92 pessoas; em 1795, 153 pessoas; e, em 1796, 159 pessoas. Ver: AHU, Moçambique, cx. 32, doc. 65; cx. 44, doc. 31; cx. 47, doc. 39; cx. 50, doc. 23; cx. 52, doc. 26; cx. 52, doc. 35; cx. 59, doc. 26; cx. 61, doc. 12; cx. 62, doc. 66; cx. 68, doc. 35; cx. 71, doc. 47; cx. 73, doc. 9.

⁴⁵ Ver referências das listas de habitantes de Cabaceiras na nota 44.

por causa da movimentação masculina em direção da ilha de Moçambique.

Em Mossuril, a oscilação entre os sexos é maior do que em Cabaceiras. Em 1777, o número absoluto de homens e mulheres adultos era de 25 e 44, respectivamente. Em 1796, último ano que estamos analisando, o quadro se inverte: 82 homens e 77 mulheres.⁴⁶ Ao se colocar em perspectiva o contexto de Mossuril, observa-se que uma das necessidades daquela freguesia, em termos de população, era de homens adultos, pois nela estava instalada a fortaleza de São José, responsável pela defesa das “Terras Firmes”, como era identificada a região continental fronteira à ilha de Moçambique.

Em momentos em que era grande a carência de súditos portugueses para atuar na defesa da região, recorreu-se à formação de regimentos de “soldados pretos”.⁴⁷ Entretanto, em alguns momentos, ainda que se empregassem africanos para a defesa dos interesses portugueses, a necessidade de homens adultos que pudessem pegar em armas era flagrante: no ano de 1796, por exemplo, o Mapa da Companhia de Sipais⁴⁸ de Mossuril informa que havia apenas 48 soldados, faltando 53 indivíduos para atingir o número necessário para a formação da tropa.⁴⁹

⁴⁶ AHU, Moçambique, cx. 32, doc. 65. *Relação do número dos habitantes de Mossuril, fregueses da paróquia de Nossa Senhora da Conceição*, de 31 de julho de 1777; cx. 73, doc. 9. *Rol dos habitantes desta paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Mossuril deste presente ano de 1796*, sem data.

⁴⁷ Aliás, os africanos já eram empregados na defesa da capitania, tanto no litoral da ilha de Moçambique como nos exércitos particulares instalados no interior do continente. Porém, a formação de um regimento inteiro de “soldados pretos” não era comum; no ano de 1784, porém, num conflito com a chefatura Macua, a administração portuguesa local recorreu a africanos para a constituição de um corpo de tropas. Sobre a ocorrência de uma política de naturalização do exército colonial na África Oriental, ver: RODRIGUES, E. “Cipaios da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII”. In: **História Questões & Debates**. Curitiba: Editora da UFPR, 2006, n. 45, p. 57-96, 68 e 82.

⁴⁸ No contexto do Império Português, Sipais, ou Cipaios, era a designação utilizada para se referir aos militares indianos. Porém, foi também utilizada na África Oriental Portuguesa para se referir aos soldados africanos.

⁴⁹ AHU, Moçambique, cx. 75, doc. 58. *Mapa da Companhia de Sipais de que é Capitão e Comandante José Antonio de Souza. Quartel de Mossuril*, de 1 de agosto de 1796.

Mais ao sul da ilha de Moçambique, ficavam as localidades de Sofala e de Inhambane. Em ambas, ora predominam homens, ora mulheres. Porém, nas duas vilas, uma maior percentagem feminina se manteve de 1785-1787 em diante. Esta situação pode significar a existência de problemas para a defesa do território, para o desenvolvimento de atividades comerciais e para o cumprimento das funções municipais.

Em Sofala, o número de súditos portugueses contabilizados nas listas de habitantes, entre os anos de 1777 e 1796, nunca ultrapassou a casa de duas centenas, apesar de a região ter grande importância e tradição no contexto da capitania de Moçambique e Rios de Sena. Foi ali o início da fixação lusa na África Oriental, instalando-se uma feitoria em 1505. A partir de Sofala, os portugueses procuraram obter ouro para adquirir mercadorias no Índico, como a pimenta do Malabar, por exemplo. A posição estratégica de Sofala também permitiu o escoamento de outro produto importante vindo do interior do território: o marfim. Ou seja, compunha-se um quadro de geração de riquezas que, ao entrar na segunda metade do Setecentos, passou a ser descrito como um local “da maior pobreza e miséria”.⁵⁰ Contudo, Sofala aparentava viver uma situação ambígua no século XVIII, como mostram algumas descrições dessa localidade.

Em 1758, Ignácio Caetano Xavier, secretário do governo da capitania de Moçambique e Rios de Sena, identificava a povoação como “abundante de todos os víveres e mantimentos, carnes e pescados”: dos seus sertões eram extraídos marfim e ouro em pó; do litoral vinham âmbar e aljofres, um tipo de pérola. Mas Sofala sofria com a “falta de moradores”, e as dificuldades enfrentadas por aqueles que ali viviam só aumentava a precariedade da situação.

A Igreja, que fica dentro da Fortaleza está arruinada, e necessita de ser reedificada, e concertada [sic] a Fortificação, tanto para a memória dos primeiros conquistadores daquele porto, e

⁵⁰ AHU, Moçambique, cx. 26, doc. 57. *Carta do governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Balthazar Manuel Pereira do Lago, para o reino*, de 12 de agosto de 1766. As queixas proferidas pelo governador Pereira do Lago, referidas no início do artigo, têm como foco a condição vivida por Sofala.

seu domínio, como para segurança dele sendo também muito necessário que haja algum reparo para resistir aos embates da água, porque se não houver esta prevenção, o mar gastará o pouco terreno que resta, para que fique cercada a Fortaleza, das ondas, e chegando nestes termos se acabará essa memória.⁵¹

Em um texto anônimo, de 1762, encontramos outros detalhes sobre a vida administrativa, militar e religiosa de Sofala. Em relação à defesa, indicava-se que a localidade contava com uma guarnição “formada por Capitão, Alferes, Sargentos e Tambor, tem um Capelão, que é Frade Dominico que juntamente é pároco da povoação, deve ter cirurgião que não tem. O número dos soldados, e Artilheiros nunca está completo”; os soldados portugueses, aliás, “não passavam de seis”. A propósito do estado da população, fica corroborada a situação deficitária do lugar: perto da frágil fortaleza, encontrava-se uma “pequena povoação, que quase toda se compõe de moradores negros, poucos mulatos, e um só canarim natural de Goa”. Não havia nenhum morador português, ainda que, em outros tempos, famílias naturais do reino “fizeram florente o comércio, que redundava em proveito avultado da fazenda Real, e dos Capitães”. A carência de moradores, para o autor do relato, indicava que não havia “esperança” de “algum progresso” para o lugar.⁵²

A confiar no teor dessas duas descrições, é possível considerar que, embora Sofala tivesse seus atrativos econômicos, e que seu passado representasse certa tradição, os súditos portugueses não se sentiam suficientemente seduzidos para viverem naquelas paragens.

Em Inhambane, diferentemente de outros pontos da capitania de Moçambique e Rios de Sena, que foram ocupados no decorrer do século XVI, a constituição de um assentamento português de caráter permanente só ocorreu na década de 1720. Segundo Malyn Newitt, entre outras razões, isso

⁵¹ XAVIER, I. C. “Notícias dos domínios portugueses na Costa da África Oriental”. In: ANDRADE, A. A. B. de (Org.). op. cit., p. 155.

⁵² Anônimo. “Memórias da Costa d’África Oriental e algumas reflexões úteis para estabelecer melhor, e fazer mais florente o seu comércio, 1762”. In: ANDRADE, A. A. B. de (Org.). op. cit., p. 204-205.

ocorrera para bloquear incursões que os holandeses vinham fazendo na região.⁵³ Além disso, Inhambane era estratégica para a constituição do monopólio comercial português, na medida em que era um dos pontos de escoamento de produtos vindos do interior, em especial, o marfim.

Relatos escritos em meados do Setecentos salientavam o baixo preço das frutas em Inhambane, da mesma maneira que das “vacas, cabras, carneiros, galinhas e peixe”. Nessa localidade também era produzido óleo, utilizado para diferentes fins (iluminação, combustível para embarcações e práticas medicinais), além de mel e cera.⁵⁴ Além da produção desses gêneros, ali foi instalado um dos primeiros portos que se envolveu de maneira expressiva na comercialização de escravos a partir de meados do século XVIII.⁵⁵ O porto de Inhambane também era frequentado por mercadores muçulmanos, o que exigia um maior controle por parte da Coroa portuguesa, tanto na questão religiosa quanto no que se referia à atividade mercantil.

Em texto anônimo de 1762, já mencionado, encontramos mais alguns detalhes sobre esse lugar, cuja localização geográfica era vista como desfavorável, consistindo num entrave ao desenvolvimento de atividades comerciais e de subsistência de sua população. Situada “doze léguas acima da barra”, era preciso contar com navegadores de grandes habilidades para a condução das embarcações com segurança até o porto. Além das dificuldades de acesso, a construção da feitoria num terreno “pantanosos, sem nenhuma comodidade para os seus habitantes, e pouco defensável” igualmente limitava o seu adiantamento econômico. Perto da feitoria, ficava a residência do vigário e outras casas que abrigavam moradores e soldados; essas habitações eram descritas como “simples artefatos de terra, estacas e palha”. Na mesma povoação, erguia-se a igreja consagrada a Nossa Senhora da Conceição, na qual os párocos dedicavam cuidados especiais

⁵³ NEWITT, M. op. cit., p. 153.

⁵⁴ XAVIER, Ignácio Caetano. “Notícias dos domínios portugueses na Costa da África Oriental”. In: ANDRADE, A. A. B. de (Org.). op. cit., p. 156.

⁵⁵ NEWITT, M. op. cit., p. 155.

na doutrinação de crianças filhas de muçulmanos, para “conservá-los na Religião Romana” e garantir o “aumento da cristandade de toda aquela costa”, em que havia uma grande concentração de islâmicos. Em relação aos militares, o relato informava que havia “um alferes, vinte soldados, e um sargento com um vigário que é capelão”. Esse efetivo era visto como reduzido para as necessidades locais, e a exigência do aumento no contingente de soldados dava-se em função das atividades comerciais: diversas expedições que adentravam o território para obter marfim sofriam ameaças de chefaturas africanas que roubavam os mercadores. Ou seja, para o autor do relato, eram indispensáveis mais braços para atuar na defesa e empreender ações de punição aos africanos, garantindo a segurança do trato comercial feito a partir de Inhambane. Aliás, a atividade mercantil da localidade não poderia melhorar “enquanto se não aumentarem os seus habitantes, em que a indústria e emulação tenham lugar”.⁵⁶

Esse quadro leva-nos a considerar a importância que uma população masculina adulta assumia para aquela localidade, sendo necessária para atuar na defesa e em atividades comerciais. Mas não se trata apenas da insuficiência de homens. Em algumas circunstâncias, faltavam indivíduos qualificados para o cumprimento de determinados afazeres fundamentais para a vida administrativa da África Oriental Portuguesa. Em 1764, por exemplo, o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena era informado sobre “a grande falta que há de gente nesta Vila [Inhambane] para o estabelecimento desta Câmara, pelo que se nos impossibilita também a executar o que nos ensina o formulário, que temos por guia, sobre a eleição dos Oficiais para ela, a vista de que pedimos a V. Exa. seja servido desculpar-nos”.⁵⁷

⁵⁶ Anônimo. “Memórias da Costa d’África Oriental e algumas reflexões úteis para estabelecer melhor, e fazer mais florente o seu comércio, 1762”. In: ANDRADE, A. A. B. de (Org.). op. cit., p. 209-212.

⁵⁷ AHU, Moçambique, cx. 24, doc. 39. *Correspondência para o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, remetida por Thomas das Chagas, Domingos de Araújo Lima e Belchior Balthazar Pires, Inhambane*, de 14 de junho de 1764.

Ou seja, a grande questão não era um excesso de contingente feminino, mas a exígua quantidade de homens adultos para realização de tarefas específicas. Pelos dados contidos nas listas de habitantes de Inhambane, o número de homens incluídos na 3ª Classe (indivíduos entre 15-60 anos) era de 71, em 1782; 87, em 1783; 50, em 1787; 27, em 1790; 31, em 1791; 34, em 1792; 31, em 1794; 30, em 1795; e, 48, em 1796;⁵⁸ essa era a quantidade de súditos portugueses disponíveis para administrar a vila, pegar em armas e desenvolver o comércio; enfim, para atividades que garantissem a manutenção da capitania.

Após tratarmos dessa região constituída por freguesias e vilas ligadas diretamente ao governo geral da capitania, instalado na ilha de Moçambique, passemos à outra região, formada pelas vilas e feiras da capitania de Rios de Sena (Quelimane, Sena, Tete, Zumbo e Manica).

Ao observarmos na tabela acima os índices da razão de sexo das povoações que integravam a capitania subordinada Rios de Sena, notamos uma homogeneidade nos dados. Nessa região, o número de homens foi sempre superior ao de mulheres, ao contrário do verificado nos dados referentes às vilas e freguesias ligadas ao governo geral instalado na ilha de Moçambique.

Para uma melhor compreensão dos porquês dessa maior concentração de homens nos Rios de Sena, algumas características dessa região precisam ser conhecidas. Quelimane, por exemplo, era uma importante vila situada no litoral, na foz do rio Zambeze, responsável pelo escoamento de boa parte das riquezas negociadas no interior da África Oriental, particularmente o ouro e o marfim.

Sena, no interior, foi sede administrativa daquela capitania subordinada até 1767, concentrando as mais importantes autoridades civis e militares da região. Seu governador era responsável por um território de grande potencialidade econômica. Embora o período focado neste artigo, último quartel do século XVIII, refira-se a uma época posterior à presença do

⁵⁸ AHU, Moçambique, cx. 44, doc. 31; cx. 47, doc. 39; cx. 52, doc. 26; cx. 55, doc. 98; cx. 62, doc. 66; cx. 68, doc. 35; cx. 71, doc. 47; cx. 73, doc. 9; cx. 79, doc. 14.

governador, o prestígio social de Sena ainda vigorava. Além disso, nas imediações dessa vila estavam concentradas terras aforadas, os “prazos da coroa”, cuja posse garantia ao seu detentor “poder e influência, do ponto de vista militar, financeiro e comercial”.⁵⁹ A partir de Sena, os comerciantes se dirigiam para a feira de Manica, transformando a vila em importante ponto de confluência de pessoas e mercadorias (marfim, ouro e escravos).

Tete, por sua vez, exercia papel fundamental na dinâmica política e econômica da capitania de Rios de Sena, no último quartel do Setecentos. A partir de 1767, a vila tornou-se a sede administrativa da região, e era a partir dali que se chegava até a feira de Zumbo, local chave para a comercialização de ouro. Além disso, em Tete também existiam terras aforadas pela Coroa, o que certamente constituiu um atrativo a mais para a presença de súditos portugueses ali. Ainda que as características de Tete fossem parecidas com as de Sena, a vila usufruía, então, do prestígio social de ser o local de residência do governador da capitania subordinada de Rios de Sena.

No caso de Zumbo, a natureza das atividades ali desempenhadas, majoritariamente comerciais, exerceu certo tipo de atração sobre uma população predominantemente masculina. Zumbo era inicialmente uma feira, um tipo de assentamento que, como já mencionado, era anterior à chegada dos portugueses. Na África Oriental as feiras se desenvolveram a partir do século XI, como resultado da atividade mineira e da necessidade de concentrar o ouro obtido num só ponto para a venda.⁶⁰ No Setecentos, outros produtos também passaram a ser negociados nas feiras. Zumbo “foi reconhecida desde logo como estando situada em território português” e a presença de uma “série de áreas pouco ou nada exploradas do ponto de vista comercial atraiu uma enorme comunidade de mercados, sempre acompanhados pelos respectivos escravos”.⁶¹ Com o passar do tempo, a prosperidade econômica do local seduziu

⁵⁹ HOPPE, F. **A África Oriental Portuguesa no tempo do Marquês de Pombal (1750-1777)**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 93-95 e 41.

⁶⁰ NEWITT, M. op. cit., p. 182.

⁶¹ *Ibidem.*, p. 189.

mais um grande número de comerciantes, que se deslocaram para lá com suas famílias e cativos.⁶² Na segunda metade do século XVIII, a feira de Zumbo foi elevada à categoria de vila, resultado da *Instrução Geral* de 1761, contando com a instalação dos aparelhos administrativos relativos à municipalidade.

Ainda que Manica não tenha sido contemplada na tabela, alguns comentários a seu respeito nos ajudarão a construir um quadro mais completo do contexto em que os dados com os quais estamos trabalhando se situam. Embora Manica fosse uma feira, ali residia um pequeno contingente populacional de súditos portugueses, não ultrapassando três dezenas de indivíduos. Em alguns anos específicos, como 1782, 1786, 1789 e 1790, só foi registrada a presença de homens nas listas de seus habitantes.⁶³ Quando as mulheres apareciam, o número absoluto delas era muito menor que o de homens: em 1794, foi registrada uma mulher adulta para 28 homens adultos, e, em 1795, foram duas mulheres para 25 homens.

Diferentemente de Zumbo, que contava com uma população estabelecida, Manica caracterizava-se pela frequente circulação de negociantes, identificados como uma população flutuante, em constante deslocamento devido à compra e venda de mercadorias. Além disso, contribuiu para a inconstância da população os regulares ataques realizados por algumas chefaturas africanas; tal situação era responsável por uma constante sensação de insegurança.⁶⁴ Em Manica, também não ocorreu o encorajamento para a instalação de famílias

⁶² RODRIGUES, E. **Portugueses e africanos nos Rios de Sena**: os Prazos da Coroa nos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado em História). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002, p. 219.

⁶³ AHU, Moçambique, cx. 44, doc. 31; cx. 52, doc. 26; cx. 59, doc. 26; cx. 62, doc. 66; cx. 70, doc. 2; cx. 73, doc. 9. Listas dos habitantes de Manica. A feira de Manica não foi transformada em vila, mesmo após a *Instrução Geral* de 1761.

⁶⁴ Em 1695, o exército do chefe africano Changamire atacou a feira de Manica e, segundo Malyn Newitt, todos os portugueses ali residentes foram expulsos, na ocasião. Ainda segundo Newitt, o período de 1760 e 1790 foi marcado por grande instabilidade econômica da região, provocado por colheitas ruins e grandes fomes; como consequência, os ataques praticados pelas chefias africanas cresceram ao sul do Zambeze, pois eles precisavam de recursos agrícolas, gado e mercadorias para se manterem no poder. NEWITT, M. op. cit., p. 186 e 197.

afro-portuguesas, como havia sido feito em Zumbo.⁶⁵ Assim, a não fixação de súditos portugueses acabou por caracterizar Manica como um centro destinado ao comércio, sempre dependente da chegada regular das caravanas de mercadores que vinham de Sena. A povoação possuía apenas uma pequena fortaleza e soldados para guarnecê-la, além do aparato religioso.

Apesar de a capitania subordinada de Rios de Sena mostrar-se como um espaço masculino, gostaríamos de destacar que, embora as mulheres não constituíssem um grupo com avultado peso demográfico, elas adquiriram grande relevância na região, especialmente em Sena e Tete. A principal razão para esse prestígio era a existência dos “prazos” nas proximidades dessas duas vilas, porquanto uma parte significativa dessas terras era transmitida às mulheres. Eugénia Rodrigues, em estudo sobre essas terras, argumenta que essa tendência teria resultado, principalmente, das “estruturas demográficas, sociais e políticas construídas nos Rios de Sena”, em que fatores como o alto índice de mortalidade dos homens, as sucessivas núpcias das viúvas, as estratégias das famílias para “assegurarem a perpetuação das casas”, as estruturas sociais de alguns povos africanos, que eram matrilineares, implicaram na “preeminência das mulheres enquanto titulares e administradoras dos prazos”.⁶⁶ Nesse quadro complexo, que envolvia aspectos da cultura europeia e da africana, as mulheres acabaram representando um grande papel no interior dessa sociedade, usufruindo de bens materiais e prestígio social, em razão das terras aforadas em seus nomes.⁶⁷

⁶⁵ *Ibidem*, p. 189.

⁶⁶ RODRIGUES, E. “As donas de prazos do Zambeze. Políticas imperiais e estratégias locais”. In: **VI Jornada Setecentista: conferências e comunicações**. Curitiba: Aos Quatro Ventos/CEDOPE, 2006. p. 16-34, p. 25-28.

⁶⁷ Sobre o prestígio feminino nos Rios de Sena, ver: RODRIGUES, E. “Chiponda, a ‘Senhora que tudo Pisa com os pés’. Estratégia de poder das *Donas* dos prazos do Zambeze no século XVIII”. In: **Anais de História de Além-mar**, n. 1, 2000. p. 101-131.

5 Considerações finais

As listas de habitantes da capitania de Moçambique e Rios de Sena permitiu-nos observar como era a distribuição de homens e mulheres naquele território ao longo do período analisado (1777-1796). Do mesmo modo, elas possibilitaram identificar as oscilações e as diferenças da razão de sexo, conforme as regiões e as conjunturas. Ainda que os dados incidam sobre um grupo específico de moradores, eles permitem correlacioná-los às atividades que a Coroa portuguesa esperava que seus súditos bem realizassem: além da defesa da terra, a produção de riquezas e a expansão da fé católica e do modo de vida português.

Essa ação ocorrida na capitania geral de Moçambique e Rios de Sena demonstra que, no século XVIII, o crescimento das riquezas dos Estados estava relacionado a uma desejada abundância de sua população. Os governantes europeus estavam convencidos de que era preciso contar com o maior número possível de súditos para as mais diferentes tarefas, como os serviços de armas, os trabalhos públicos, para atender preocupações fiscais, para o desenvolvimento da agricultura, para garantir a ocupação de um território.⁶⁸ A partir do momento que um governante tivesse informações sobre a população que vivia nos territórios sob seu comando, com as particularidades quanto a sua distribuição por sexo e idade, ele poderia encaminhar ações que visassem a um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, garantindo um eficiente gerenciamento de homens, de bens e riquezas. As listas de habitantes com que trabalhamos poderiam, sem dúvida, servir a esse propósito, se assim fosse o desejo da Coroa portuguesa.⁶⁹

⁶⁸ De fato, a preocupação era com a obtenção de informações sobre os territórios, incluindo-se a população. Ver SANTOS, A. C. de A. “Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII”. In: DORÉ, A.; SANTOS, A. C. de A. (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR-SCHLA; Fundação Araucária, 2008, p. 143-152.

⁶⁹ Infelizmente, não temos informações sobre a ulterior utilização dessas listas de habitantes.

Como afirmou o governador geral Balthazar Manuel Pereira do Lago, a capitania de Moçambique e Rios de Sena precisava de “gente”, por que “sem esta, nada se anima”. Mas, como procuramos discutir ao longo do artigo, existiam necessidades específicas, e a demanda maior era por homens adultos, ou famílias; a presença de mulheres também era necessária, para o casamento e para a fixação de uma população em determinadas regiões. Esse papel desempenhado pela população de súditos portugueses na África Oriental não diferiu de outras partes do Império Português, como a América, Angola, Macau, Cabo Verde ou Goa.⁷⁰

Resumo: Na segunda metade do século XVIII foi remetida uma ordem para o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena para que os súditos portugueses ali instalados fossem recenseados, segundo critérios de distribuição por sexo e idade. Como resultado, foram produzidas listas de habitantes das várias vilas e freguesias do território em questão. Esse material constitui-se em um importante *corpus* documental para o conhecimento daqueles que viviam na África Oriental Portuguesa. Essa documentação permitiu conhecer algumas características da estrutura da população daquela capitania, como o número de homens e mulheres considerados súditos portugueses. O estudo desse aspecto, em paralelo ao conhecimento do contexto econômico e político-administrativo de cada localidade, possibilitou entender os motivos da predominância, ora masculina, ora feminina, dos moradores dessa ou daquela povoação. Por fim, tal discussão permite compreender o papel desempenhado pelos (e esperado dos) súditos portugueses na capitania de Moçambique e Rios de Sena.

Palavras-chave: Moçambique e Rios de Sena. População. Razão de sexo. Século XVIII. Império Português

⁷⁰ Sobre o papel da população no contexto do Império Português, ver: WAGNER, A. P. **População no Império Português...**; capítulo “Administração e população na política portuguesa da segunda metade do século XVIII”.

Abstract: During the second half of the 18th Century, the Governor-General of Mozambique and Rios de Sena has received an order to make a census of the local Portuguese subjects, following the criteria of gender and age distribution. As a result, inhabitant lists for several villages and counties of the said territories were produced. This material has become an important body of documents regarding the people living in Portuguese East Africa, and has allowed us to learn some characteristics of the population structure of those regions, such as the number of men and women considered Portuguese subjects. The study of such aspects, as well as the knowledge on the economic, administrative and political context of each place, has made it possible to understand the predominance of male and/or female inhabitants in different time frames and places. Ultimately, such discussion allows us to understand the role played by (and expected of) Portuguese subjects in Mozambique and Rios de Sena.

Keywords: Mozambique and Rios de Sena. Population. Gender ratio. 18th Century. Portuguese Empire

Artigo recebido para publicação em 21/04/2011

Artigo aprovado para publicação em 14/09/2011